



Energia dos Ventos VII S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Energia dos Ventos VII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos VII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2023, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia



Energia dos Ventos VII S.A.

referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



Energia dos Ventos VII S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**Balanco patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e 01 de janeiro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)	01/01/2023 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.136	9.835	7.384
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	2.524	3.466	1.672
Tributos a compensar	7	-	766	627
Despesas antecipadas		402	392	249
Outros		8	23	2
		<u>19.070</u>	<u>14.482</u>	<u>9.934</u>
Não circulante				
Depósito judicial	13.1	-	3.087	3.087
Fundo vinculado	5	6.003	6.659	6.043
Tributos a compensar		1.157	-	-
Imobilizado	8	116.001	121.106	110.582
Direito de uso – arrendamento	9	6.363	6.804	6.928
Intangível	10	3.752	3.872	3.992
		<u>133.276</u>	<u>141.528</u>	<u>130.632</u>
Total do ativo		<u>152.346</u>	<u>156.010</u>	<u>140.566</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e 01 de janeiro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

			31/12/2023	01/01/2023
	Notas	31/12/2024	(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		514	95	125
Obrigações sociais e trabalhistas		64	197	118
Empréstimos e financiamentos	11	8.560	8.287	8.237
Arrendamentos	12	370	357	329
Obrigações tributárias		301	278	338
Provisão para ações judiciais	13.1	1.622	935	935
Provisão para ressarcimento	13.2	18.513	12.628	13.804
		<u>29.944</u>	<u>22.777</u>	<u>23.886</u>
Não circulante				
Arrendamentos	12	6.525	6.580	6.634
Empréstimos e financiamentos	11	92.100	96.224	99.921
Provisão para ressarcimento	13.2	4.501	2.165	-
Provisão para ações judiciais	13.1	-	3.087	3.087
Outros		16	12	12
		<u>103.142</u>	<u>108.068</u>	<u>109.654</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	14	74.980	74.980	74.980
Prejuízos acumulados		(55.719)	(49.815)	(67.954)
		<u>19.261</u>	<u>25.165</u>	<u>7.026</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>152.346</u>	<u>156.010</u>	<u>140.566</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	13.644	20.575
Custo operacional	16		
Depreciação/amortização		(6.417)	(6.385)
Operação e manutenção de usinas		(2.373)	(2.352)
Encargos de uso da rede elétrica		(111)	(102)
		(8.901)	(8.839)
Despesa operacional	17		
Pessoal e administradores		(1.253)	(1.646)
Material		(11)	(30)
Serviço de terceiros		(633)	(494)
Depreciação		(3)	(3)
Tributos		(73)	(87)
Seguros		(429)	(336)
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável (impairment)		-	16.521
Perdas com ações judiciais cíveis		(677)	-
Outras receitas (despesas)		(128)	(47)
		(3.207)	13.878
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		1.536	25.614
Resultado financeiro líquido	18		
Receitas financeiras		1.494	1.019
Despesas financeiras		(8.586)	(8.494)
		(7.092)	(7.475)
Resultado antes do IR e CS		(5.556)	18.139
Contribuição social	19	(98)	-
Imposto de renda	19	(250)	-
		(348)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.904)	18.139
Resultado por ação (básico e diluído) - em reais	20	(0,07)	0,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (reapresentada)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.904)	18.139
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(5.904)</u>	<u>18.139</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	74.980	(67.954)	7.026
Lucro líquido do exercício	-	18.139	18.139
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	74.980	(49.815)	25.165
Prejuízo do exercício	-	(5.904)	(5.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	74.980	(55.719)	19.261

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> <u>(reapresentada)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos		(5.556)	18.139
Ajustados por:			
Depreciação/amortização	8 e 9	6.420	6.386
Encargos financeiros, líquidos	11	7.138	7.314
Atualização financeira	5	(490)	(616)
Variação monetária sobre ressarcimentos		1.063	811
Juros sobre arrendamento		315	316
Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)	8	-	(16.521)
Provisão para ressarcimento – CCEAR		8.533	177
Resultado ajustado		17.424	16.006
(Aumento) redução nos ativos			
Tributos a compensar		(391)	(139)
Despesas antecipadas		(10)	(143)
Outros		15	(22)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		942	(1.794)
		556	(2.098)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		419	(30)
Obrigações sociais e trabalhistas		(133)	79
Obrigações tributárias		23	(51)
Ressarcimentos pagos		(1.376)	
Outras obrigações		717	108
		(350)	106
Caixa gerado nas atividades operacionais		17.630	14.014
Juros Pagos		(7.262)	(7.574)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(348)	(105)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		10.020	6.335
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Fundos vinculados		1.146	-
Adições do ativo imobilizado	8	(774)	(176)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		372	(176)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de Arrendamento		(364)	(321)
Amortização de empréstimos	11	(3.727)	(3.787)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(4.091)	(3.708)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes no início do exercício		9.835	7.384
Caixa e equivalentes no final do exercício	4	16.136	9.835
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6.301	2.451

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energia dos Ventos VII S.A. (“Companhia” ou “SPE”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Graça Aranha, 26 – 11º Andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria MME nº 458 de 08 de agosto de 2012 a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 09 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 27 MW de potência total instalada e com 14,10 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

A Companhia é controlada diretamente pela Brasil Ventos Energia S.A. (“BVE”) e indiretamente pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 10.874 (R\$ 8.295 em 31 de dezembro de 2023). A Controlada conta com geração de caixa futura proveniente de contratos firmes de vendas de energia.

1 Perda para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2024, a avaliação de sua unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment e contrato oneroso de acordo com os CPC’s 01 e 25. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio real antes do IR e CSLL de 5,75% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 2,89% para 2024 e de 2,38% para o longo prazo.

O resultado do cálculo 31 de dezembro de 2024, testou negativo para necessidade de provisão de impairment (em 31 de dezembro de 2023 o cálculo também testou negativo para a provisão de impairment resultando na reversão total dos R\$ 16.521 provisionados).

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

1.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada pela Diretoria em 27 de junho de 2025.

2 Resumo das práticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão elencadas a seguir:

2.1 Bases de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das disposições normativas da Agência Nacional Energia Elétrica - ANEEL, onde aplicáveis e quando não conflitantes com o CPC, bem como evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando o custo histórico, como base de valor.

b. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.j.

3 Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas das demonstrações contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de acordo com aquelas que já eram aplicadas pela Companhia, mantendo a uniformidade.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável, em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, e leva em consideração o prazo estimado de vida útil dos bens.

c. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, e leva em consideração o prazo estimado da concessão. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

d. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

f. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

h. Arrendamento

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendantes.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as demonstrações contábeis, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

i. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

j. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Para o reconhecimento da receita é considerado cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso da Companhia, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de suprimento da Companhia proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a CCEE, ajustada mensalmente pela energia efetivamente gerada.

k. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para ações judiciais

A Companhia reconhece provisão para ações judiciais, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos advogados da Companhia. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

c) Ressarcimentos

A Companhia reconhece provisão para ressarcimento de seus contratos vigentes frente a sua efetiva geração de energia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16.2. Estas provisões são registradas de acordo com as regras vigentes conforme documento elaborado pelo Departamento de Engenharia e Comercialização da Companhia.

l. Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis emitidas, mas ainda não vigentes

As emissões/alterações abaixo que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de covenants como circulantes ou não circulantes. Além disso, apenas os covenants que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024
CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos Financeiros	Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado (Reverse Factoring).	01/01/2024retrospective
CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (Sale and Leaseback) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024

Novas normas e interpretações não vigentes

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (Tco2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (Tco2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025
CPC 02- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	Falta de Conversibilidade	01/01/2025
(CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026
(CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026
I (CPC 48) - - Instrumentos Financeiros e (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais . A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

3.1 Reapresentação de valores correspondentes

A administração da Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2023 em função da correção de erros de competência de exercícios anteriores que foram contabilizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

Em 01/01/2023:

- (i) Baixa de ativo imobilizado referente a contingência judicial de honorários de sucumbência, que não deveria compor o ativo, a contrapartida foi realizada em prejuízos acumulados;
- (ii) Reprocessamento das informações e o controle de registro dos arrendamentos, incluindo o reconhecimento dos encargos financeiros relacionados aos contratos, conforme previsto no CPC 06 (R2).

Balço Patrimonial

	31/12/2022	Ajuste	01/01/2023
	(original)		(reapresentado)
Ativo Circulante	9.934	-	9.934
Não circulante			
Depósito judicial	3.087		3.087
Fundo vinculado	6.043		6.043
Imobilizado (i)	113.669	(3.087)	110.582
Direito de uso – arrendamento (ii)	6.436	(492)	6.928
Intangível	3.992		3.992
	133.227	(2.595)	130.632
Total do ativo	143.161	(2.595)	140.566

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

	<u>31/12/2022</u> (original)	<u>Ajuste</u>	<u>01/01/2023</u> (reapresentado)
Passivo circulante	23.886	-	23.886
Não circulante			
Arrendamento (ii)	5.577	1.057	6.634
Empréstimos e financiamentos	99.921		99.921
Outros credores	12		12
Depósitos judiciais	3.087	-	3.087
	<u>108.597</u>	<u>1.057</u>	<u>109.654</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	74.980		74.980
Prejuízos acumulados (i) e (ii)	(64.302)	(3.652)	(67.954)
	<u>10.678</u>	<u>(3.652)</u>	<u>7.026</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>143.161</u>	<u>(2.595)</u>	<u>140.566</u>

Em 31/12/2023:

- (i) Reprocessamento das informações e o controle de registro dos arrendamentos, incluindo o reconhecimento dos encargos financeiros relacionados aos contratos, conforme previsto no CPC 06 (R2).
- (ii) Ajuste de depreciação referente a dezembro de 2023 de parcela de depreciação recalculada em 2024.
- (iii) Ajuste na conta de receita referente a eventos de provisão e ressarcimentos registrados em 2024 e com competência de dezembro de 2023.
- (iv) Baixa de ativo imobilizado referente a contingência judicial de honorários de sucumbência, que não deveria compor o ativo, a contrapartida foi realizada em prejuízos acumulados.

Balanço Patrimonial

	<u>31/12/2023</u> (original)	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2023</u> (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.835		9.835
Consumidores, concessionárias (iii)	1.791	1.675	3.466
Impostos a recuperar	766		766
Despesas antecipadas	392		392
Outros ativos	23		23
	<u>12.807</u>	<u>1.675</u>	<u>14.482</u>
Não circulante			
Depósito judicial	3.087		3.087
Fundo vinculado	6.659		6.659
Imobilizado (ii), (iv)	124.340	(3.234)	121.106
Direito de uso – arrendamento (i)	7.262	(458)	6.804
Intangível	3.872		3.872
	<u>145.220</u>	<u>(3.692)</u>	<u>141.528</u>
Total do ativo	<u>158.027</u>	<u>(2.017)</u>	<u>156.010</u>

	<u>31/12/2023</u> (original)	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2023</u> (reapresentado)
Passivo circulante	22.777	-	22.777

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**Não circulante**

Arrendamento (i)	6.157	423	6.580
Empréstimos e financiamentos	96.224		96.224
Outros credores	12		12
Depósitos judiciais	3.087	-	3.087
Provisão para ressarcimento	2.165		2.165
	<u>107.645</u>	<u>423</u>	<u>108.068</u>

Patrimônio líquido

Capital social	74.980		74.980
Prejuízos acumulados (i), (ii), (iii) e (iv)	(47.375)	(2.440)	(49.815)
	<u>27.605</u>	<u>(2.440)</u>	<u>25.165</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>158.027</u>	<u>(2017)</u>	<u>156.010</u>

DRE

	<u>31/12/2023</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2023</u> (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (iii)	18.900	1.675	20.575
CUSTO OPERACIONAL			
Depreciação / Amortização (ii)	(6.238)	(147)	(6.385)
Operação e manutenção de usinas	(2.352)	-	(2.352)
Encargos de uso da rede elétrica	(102)	-	(102)
	<u>(8.692)</u>	<u>(147)</u>	<u>(8.839)</u>
DESPESA OPERACIONAL			
Pessoal e administradores	(1.646)	-	(1.646)
Material	(30)	-	(30)
Serviço de terceiros	(494)	-	(494)
Depreciação	(3)	-	(3)
Tributos	(87)	-	(87)
Seguros	(336)	-	(336)
Reversão (perda) para redução ao valor recuperável (impairment)	16.521	-	16.521
Outras receitas / (despesas)	(47)	-	(47)
	<u>13.878</u>	<u>-</u>	<u>13.878</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>24.086</u>	<u>1.528</u>	<u>25.614</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO			
Receitas financeiras	1.019	-	1.019
Despesas financeiras (i)	(8.178)	(316)	(8.494)
	<u>(7.159)</u>	<u>(316)</u>	<u>(7.475)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	<u>16.927</u>	<u>1.212</u>	<u>18.139</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>16.927</u>	<u>1.212</u>	<u>18.139</u>
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	<u>0,19</u>	<u>0,01</u>	<u>0,21</u>

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**Demonstração de fluxos de caixa**

	<u>31/12/2023</u>	Ajuste	<u>31/12/2023</u> (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	16.927	1.212	18.139
Ajustados por:			
Juros Arrendamento (i)		316	316
Depreciação e amortização (ii)	6.239	147	6.386
Outros ativos operacionais não ajustados	<u>(8.835)</u>		<u>(8.835)</u>
Resultado ajustado	14.331	1.675	16.006
(Aumento) redução nos ativos			
Consumidores, concessionárias e permissionárias (iii)	(119)	(1.675)	(1.794)
Outros	<u>(304)</u>		<u>(304)</u>
	(423)	(1.675)	(2.098)
Aumento (redução) nos passivos	106	-	106
Pagamento de arrendamento (v)	<u>(321)</u>	321	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	13.693	321	14.014
Juros Pagos sobre empréstimos (v)	-	(7.574)	(7.574)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(105)</u>		<u>(105)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.588	(7.253)	6.335
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do ativo imobilizado	<u>(176)</u>		<u>(176)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(176)	-	(176)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento (v)	-	(321)	(321)
Amortização de empréstimos (v)	<u>(10.961)</u>	7.574	<u>(3.387)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(10.961)	7.253	(3.708)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.451	-	2.451
Caixa e equivalentes no início do exercício	7.384		7.384
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>9.835</u>		<u>9.835</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.451	-	2.451

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**4 Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia mantém em caixa equivalente de caixa as aplicações financeiras que possuem característica de aplicação de curto prazo mantidas no Banco do Brasil com a finalidade de satisfazer compromisso rotineiros e com objetivo de remunerar o saldo diário na estimativa de 100% do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira).

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	20	3
Aplicação financeira	16.116	9.832
Total	<u>16.136</u>	<u>9.835</u>

5 Fundo vinculado

	<u>31/12/2023</u>	<u>Resgate</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicação financeira	6.659	(1.146)	490	6.003
Total	<u>6.659</u>	<u>(1.146)</u>	<u>490</u>	<u>6.003</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Resgate</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicação financeira	6.043	-	616	6.659
Total	<u>6.043</u>	<u>-</u>	<u>616</u>	<u>6.659</u>

Refere-se aos valores transferidos pela Companhia para conta caução, como condição precedente contratual à liberação das tranches do financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os Saldos das contas a receber está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cientes	2.524	3.466
Total	<u>2.524</u>	<u>3.466</u>

O prazo médio de recebimento é de 45 dias, não há inadimplência ou expectativa de não recebimento, e, portanto, não houve a necessidade de constituir perdas para créditos de liquidação duvidosa.

7 Tributos a compensar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IR	862	601
CSLL	295	165
Total	<u>1.157</u>	<u>766</u>

8 Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em curso		
Máquinas e equipamentos	1.690	916
Imobilizado em serviço		
Máquinas e equipamentos	99.134	104.472
Sistema de transmissão de conexão		
Máquinas e equipamentos	15.160	15.699
Móveis e utensílios	17	19
Total	116.001	121.106

Movimentações no ativo imobilizado:

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/12/2024
Administração - imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos		916	774	-	1.690
Usinas - imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,33 a 6,67	104.472	-	(5.338)	99.134
Sistema de transmissão de conexão					
Máquinas e equipamentos	2,50 a 6,67	15.699	-	(539)	15.160
Móveis e utensílios	6,25	19	-	(2)	17
(-) Impairment		-	-	-	-
		121.106	774	(5.879)	116.001

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2022	Adições	Impairment	Depreciação	31/12/2023
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos		740	176	-	-	916
Usinas - Imobilizado em Serviço						
Máquinas e equipamentos	3,33 a 6,67	109.836	-	-	(5.364)	104.472
Sistema de Transmissão de Conexão						
Máquinas e Equipamentos	2,50 a 6,67	16.238	-	-	(539)	15.699
Móveis e Utensílios	6,25	19	-	-	-	19
(-) Impairment		(16.251)	-	16.251	-	-
		110.582	176	16.251	(5.903)	121.106

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. As principais premissas e informações referentes aos testes de *impairment* estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

9 Direito de uso - arrendamento

Em atendimento ao CPC 06, a Companhia realizou estudo para enquadramento a nova regra do arrendamento e reconheceu desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo em contrapartida do Intangível - Direito de uso. Em 2024, adotando padronização de registros com a Eletrobras, a Companhia transferiu os saldos de arrendamentos para a conta de terrenos no imobilizado.

Os detalhes do direito de uso da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos – arrendamento	6.363	6.804
Total	6.363	6.804

Movimentações no ativo imobilizado:

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2023 (reapresentado)	Remensuração	Depreciação	31/12/2024
Terrenos – arrendamento		6.804	(169)	(272)	6.363
		6.804	(169)	(272)	6.363

Descrição	Taxa Média (%)	31/12/2022 (reapresentado)	Remensuração	Depreciação	31/12/2023 (reapresentado)
Terrenos - arrendamento		6928	118	(242)	6.804
		6928	118	(242)	6.804

10 Intangível

a. Composição dos saldos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Em serviço		
Servidões	1.017	1.017
Cessão de direitos (a)	2.735	2.855
Total	3.752	3.872

b. Movimentações dos saldos:

Descrição	31/12/2023	Amortização	31/12/2024
Em Serviço			
Servidões	1.017	-	1.017
Cessão de direitos	2.855	(120)	2.735
Total	3.872	(120)	3.752

Descrição	31/12/2022	Amortização	31/12/2023
Em Serviço			
Servidões	1.017	-	1.017
Cessão de direitos	2.975	(120)	2.855
Total	3.992	(120)	3.872

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

- (a) Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Projeto Eólico Energia dos Ventos VII, adquirido de Central Eólica Jandaia I Ltda., conforme 2º Termo Aditivo de 04 de julho de 2014. Os saldos classificados no intangível em curso após o término da obra, através da unitização, foram reclassificados para as rubricas devidas e apropriados por itens do intangível, com o consequente reconhecimento da amortização dos mesmos, calculada desde o momento da energização;

11 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos é apresentada como segue:

<u>Empréstimo</u>	<u>CTR nº</u>	<u>Parcela</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	nº 187.2018.536.4958	Circulante	8.560	8.287
		Não circulante	92.100	96.224
		Total	100.660	104.511

O saldo do endividamento do principal e encargos do circulante e não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	31/12/2024	31/12/2023
	Moeda nacional	
2024	-	8.287
2025	8.560	3.287
2026	4.487	4.094
2027	4.907	4.487
Após 2027	82.706	84.356
Total	100.660	104.511

O contrato de financiamento com o BNB, possui a dívida incidente ade taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC) que é apurada mensalmente, pro rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês incidente sobre o saldo devedor conforme cláusula nona dos contratos.

Os encargos financeiros equivalem à taxa efetiva de 2,74% a.a. além do Fator de Atualização Monetária – FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O garantidor das operações de empréstimos é Eletrobras, além dos valores transferidos pela Companhia para conta Reserva de liquidez (Fundo vinculado – Nota Explicativa nº5) de titularidade da SPE no BNB.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

O pagamento dos encargos se dá da seguinte maneira: trimestral, durante o período de carência fixado em 36 meses, e mensal, durante o período de amortização juntamente com as prestações vincendas de principal, conforme parágrafo primeiro da cláusula nona do contrato.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Banco	Contrato	Circulante				Saldo em 31/12/2024	Não circulante		Saldo do empréstimo em 31/12/2024	
		Saldo em 31/12/2023	Transferência	Juros	Pagamento		Saldo em 31/12/2023	Transferência p/ circulante		Saldo em 31/12/2024
BNB	nº 187.2018.536.4958	8.287	4.124	7.138	(10.989)	8.560	96.224	(4.124)	92.100	100.660
		8.287	4.124	7.138	(10.989)	8.560	96.224	(4.124)	92.100	100.660

Banco	Contrato	Circulante				Saldo em 31/12/2023	Não circulante		Saldo do empréstimo em 31/12/2023	
		Saldo em 31/12/2022	Transferência	Juros	Pagamento		Saldo em 31/12/2022	Transferência p/ circulante		Saldo em 31/12/2023
BNB	nº 187.2018.536.4958	8.237	3.697	7.314	(10.961)	8.287	99.921	(3.697)	96.224	104.511
		8.237	3.697	7.314	(10.961)	8.287	99.921	(3.697)	96.224	104.511

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

12 Arrendamentos

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

	31/12/2023 (reapresentado)	Pagamento	Remensuração	Juros	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	6.937	(364)	7	315	6.895
Total	6.937	(364)	7	315	6.895
	31/12/2022 (reapresentado)	Pagamento	Remensuração	Juros	31/12/2023 (reapresentado)
Arrendamentos a pagar	6.963	(321)	(21)	316	6.937
Total	6.963	(321)	(21)	316	6.937
				31/12/2024	31/12/2023
Parcela circulante				370	357
Parcela não circulante				6.525	6.580
Total				6.895	6.937

A taxa de desconto utilizada para o passivo de arrendamento foi de 4,97%.

13 Provisões**13.1 Provisões para ações judiciais e depósitos judiciais**

	31/12/2024	31/12/2023
Processos cíveis (a)	1.622	935
	1.622	935
Parcela circulante	1.622	935
Parcela não circulante	-	3.087
Total	1.622	4.022

- (a) Refere-se à parcela incontroversa dos pleitos apresentados pela empresa STK, contratada para execução da Linha de Transmissão e Rede de Média Tensão (CT.EDV.ENG.009.2018 e CT.EDV.ENG.016.2018), e reconhecida pelas sociedades contratantes do Complexo de FORTIM. Ressalta-se que os valores possuem previsão de pagamento na rubrica de contingenciamento do plano de negócios. Cumpre esclarecer, ainda, que a contratada STK, buscando o reconhecimento da totalidade dos pleitos que apresentou à contratante, entendeu por ingressar com procedimento arbitral, incluindo na discussão, também, a parcela incontroversa admitida pela contratante, além da

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

contestação às penalidades contratuais que lhe foram aplicadas.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui a seguinte ação judicial com prognóstico de perda possível a serem divulgadas:

Ação de cobrança de ISS-Retenção, relativos aos exercícios de 03/2020 até 12/2020 e 03/2021, vez que o contribuinte teria deixado de recolher nos termos da Lei Complementar nº 010/2013. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia a probabilidade de perda é classificada como possível e o seu saldo foi atualizado conforme relatório dos advogados, tendo o valor total de R\$ 228 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui os seguintes depósitos judiciais:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósito judiciais (a)	-	3.087
Total	<u>-</u>	<u>3.087</u>

- (a) Processo 0189904-02.2021.8.19.0001 – Trata-se de ação ajuizada pela empresa Pellon Advogados perante as Sociedades pertencentes ao Complexo Eólico Fortim, através da qual a autora busca o valor total de R\$ 3.087, montante consolidado, sob a alegação de honorários de sucumbência derivados da ação judicial contra a CHUBB referente ao contrato de fornecimento dos aerogeradores.

Em 2024 o montante foi atualizado através de depósito complementar em R\$ 677 e o processo encerrado.

13.2 Provisão para ressarcimento

A Companhia possui Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado “CCEAR” que opera contratos de venda de energia do Leilão ANEEL Nº 007/2011 nos termos da sua Resolução RES-1138/2011, datada de 08 de dezembro de 2011, que estabelecem que sejam apuradas ao em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios, conforme as regras descritas a seguir:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio, contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente.

O primeiro ciclo dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado “CCEAR” se encerrou em dezembro de 2022 e que marca o final do primeiro quadriênio de apuração de sobras e excessos no fornecimento contratado de energia. Os descontos desse período, tanto o anual quanto o quadriênio foram suspensos depois de diversos questionamento das empresas. Em 2023, a CCEE disponibilizou os dados reprocessados até setembro de 2021.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Insuficiência de Fornecimento – Quadriênio: Parcela negativa carregada para os anos seguintes, limitadas em até 10% do fornecimento contratado – CCEAR, devendo, as insuficiências de fornecimento anual limitada a 10% da energia comercializada, ser quitada ao final de cada quadriênio, por meio de desconto na receita de venda, apurada pela CCEE;

Insuficiência de Fornecimento – Anual: Insuficiência que supera os 10% do fornecimento contratado, percentual esse de 10% que reflete a insuficiência quadrienal, conforme esclarecido em (a), que deve ser descontado pela CCEE nos faturamentos mensais do ano subsequente;

Os pagamentos, descontos realizados pela CCEE, foram suspensos em face de diversos geradores de energia terem entrado com processos de constrained-off, , maiores detalhes na nota explicativa 22(c), contestando insuficiências de fornecimento que lhes foram imputadas, mas que decorreram de restrições impostas pelo ONS.

Os valores são corrigidos pela Companhia utilizando o IPCA a partir do fim de cada período de apuração, tendo o valor de R\$ 1.064 de atualização financeira em 31/12/2023.

A Companhia também estimou com base na geração até o momento, seu balanço energético do segundo quadriênio para fazer frente aos contratos por ela assumido. O resultado das apurações do balanço energético desde o primeiro quadriênio está apresentado conforme segue:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Parcela circulante	18.513	12.629	Saldo inicial	14.793	13.805
Parcela não circulante	4.501	2.164	Provisão	8.533	177
Total	23.014	14.793	Atualização	1.064	811
			Pagamento	(1.376)	-
			Saldo final	23.014	14.793

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**14 Patrimônio líquido**

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é a seguinte:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Brasil Ventos Energia S.A.	86.980.000	74.980	100,00%	86.980.000	74.980	100,00%
	86.980.000	74.980	100,00%	86.980.000	74.980	100,00%

15 Receita operacional líquida

31/12/2024				
Venda de energia	Ressarcimento (a)	Total Receita Bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita líquida
24.342	(8.533)	15.809	(2.165)	13.644
24.342	(8.533)	15.809	(2.165)	13.644
31/12/2023				
Venda de energia	Ressarcimento (a)	Total Receita Bruta	(-) Tributos e encargos	Total receita líquida
22.736	(177)	22.599	(1.984)	20.575
22.736	(177)	22.599	(1.984)	20.575

- (a) **Ressarcimentos dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - “CCEAR”:** A Companhia provisionou até 31/12/2024 o valor de R\$ 8.533, como redutora de sua receita bruta, os ressarcimentos calculados sobre a energia contratual não gerada anualmente e no primeiro ciclo quadrienal dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - “CCEAR”, que se encerrou em dezembro de 2022.

16 Custo operacional

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(6.417)	(6.385)
Encargos setoriais	(111)	(102)
Operação e manutenção de usinas (a)	(2.373)	(2.352)
Total	(8.901)	(8.839)

- (a) Despesas de Operação e Manutenção de Usinas “O&M”, gastos com Operação e Manutenção dos contratos de Aerogeradores abrangendo a Subestação e linha de transmissão.

17 Despesas operacionais

As despesas operacionais referem-se à gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e Conselheiros (a)	(1.253)	(1.646)
Materiais	(11)	(30)
Serviços de terceiros	(633)	(494)
Tributos	(73)	(87)
Depreciação	(3)	(3)

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Seguros	(429)	(336)
Reversão da provisão para Impairment – Nota 8	-	16.521
Perdas com ações judiciais cíveis	(677)	-
Outras receitas / (Despesas)	<u>(128)</u>	<u>(47)</u>
Total	<u>(3.207)</u>	<u>13.878</u>

(a) Remuneração dos Administradores, Empregados e Conselho Fiscal

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira.

O Conselho de Administração foi destituído na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2018, conforme autorização dada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em conformidade com o previsto no art. 31 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, passando a Diretoria a ser o único órgão da administração, visando a racionalização de recursos com as estruturas societárias do empreendimento.

Os Diretores assinaram Declaração de Renúncia de Remuneração pelo desempenho de suas atividades em face do compartilhamento de mandato com sua Controladora Brasil Ventos Energia.

Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia datada de 26/04/2024 foi nomeada a nova composição do Conselho Fiscal formada por 03 membros titulares e respectivos suplentes, todos indicados pelas Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e com renúncia de remuneração pelo desempenho de suas funções em razão da gestão compartilhada com o Conselho Fiscal da Brasil Ventos Energia.

	<u>Diretoria Executiva</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	2	-	3
Número de membros remunerados	-	-	-

Em atendimento ao CPC 05 apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(1.253)	(1.644)
Remuneração	(698)	(943)
Encargos	(294)	(402)
Outros benefícios	(261)	(299)
Conselheiros	-	(2)
Honorários	-	(2)
Total	<u>(1.253)</u>	<u>(1.646)</u>

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**18 Resultado financeiro**

O resultado financeiro é impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os empréstimos (Nota Explicativa nº 11), conforme demonstrado:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas Financeiras	1.494	1.019
Receita de aplicação financeira	1.566	1.069
Pis e Cofins sobre a receita financeira	(72)	(50)
Despesas Financeiras	(8.586)	(8.494)
Encargos s/ Empréstimos BNB	(7.138)	(7.313)
Variação monetária	(1.063)	(811)
Juros sobre arrendamentos	(315)	(316)
IOF	(57)	(35)
Tarifas bancárias	(13)	(19)
Total	<u>(7.092)</u>	<u>(7.475)</u>

19 IRPJ e CSLL

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(5.556)	18.139
(-) Exclusão - <i>Provisão</i>	6.598	(20.929)
(-) Compensação prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-
(=) Base de cálculo	1.042	(2.790)
Contribuição social – 9%	(98)	-
Imposto de renda – 25%	(250)	-
Alíquota efetiva	<u>(348)</u>	<u>-</u>

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. A companhia detém R\$ 5.496 de créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 (5.965 em 31 de dezembro de 2023).

20 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 está demonstrado conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(5.904)	18.139
Número de ações	86.980	86.980
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	<u>(0,07)</u>	<u>0,21</u>

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**21 Instrumentos financeiros**

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo Financeiros</u>		(reapresentado)
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	16.136	9.835
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.524	3.466
Fundo vinculado	6.003	6
	<u>24.663</u>	<u>13.307</u>
<u>Passivo Financeiros</u>		
Custo amortizado		
Fornecedores	510	95
Empréstimos e financiamentos	92.100	96.224
	<u>92.610</u>	<u>96.319</u>

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e índices de mercado, de liquidez e regulatório. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Considerando-se que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, os principais fatores de risco que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(i) Risco de taxa de juros e índices de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem os contratos de venda de energia, as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Fluxo nominal de pagamento de empréstimos

2025	9.039
2026	4.933
2027	5.592
Após 2027	97.386
	116.951

(iii) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 Estrutura de Gerenciamento de riscos

a. Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinado principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

b. Gestão de Risco

No período de suas atividades, construção, operação e manutenção do Parque Eólico Fortim, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Parque Eólico.

c. Gestão de Risco Setorial (*Constrained-off* de usinas eólicas)

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Em janeiro de 2023, a CCEE por meio do Comunicado 039/2023 divulgou a frustração de geração devido a energia não fornecida por *constrained-off* para as fontes eólica.

Em dezembro de 2024, a ANEEL aprovou o aprimoramento das Regras de Comercialização aplicáveis ao tema, com alterações nos módulos de Encargos, Consolidação de Resultados, Receita de Venda de CCEAR e Energia de Reserva. As mudanças foram resultado da Consulta Pública nº 22/2022, que contou com contribuições de diversos agentes do setor.

Em 2024, foi publicada a Resolução Normativa nº 1.109/2024, que consolidou e atualizou os procedimentos anteriormente definidos, estabelecendo a metodologia definitiva para cálculo e pagamento do *constrained-off* com aplicação retroativa a eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

Por fim, em maio de 2025, a CCEE divulgou o cronograma de recontabilizações e ressarcimentos, com reapuração da Receita de Venda de CCEAR e Energia de Reserva, e recontabilizações no Mercado de Curto Prazo (MCP), conforme as novas regras estabelecidas.

23 Cobertura de seguros

A prestação de serviços de seguros relativo a Riscos Operacionais para o Complexo Eólico Fortim, no qual se inclui a Energia dos Ventos VI S.A., tem como segurado a Brasil Ventos Energia e como cossegurados o Banco do Nordeste S.A. – BNB e as 5 empresas e filiais que compõem o referido complexo. O seguro de Riscos Operacionais tem vigência a partir do vencimento da apólice atualmente em vigor (vigência - 24.11.24 a 24.11.25).

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Não faz parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

24 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

- a) a) Em abril de 2023, as Companhias do Complexo Eólico Fortima Companhia assinou contrato em conjunto com empresas controladas por sua controladora BVE com a empresa Elimco Soluções de Engenharia Eireli para realização do serviço de Operação e Manutenção (O&M) do sistema de transmissão de energia elétrica do Complexo, o com valor global inicial foi de R\$ 5.493, e vem sendo executado ao decorrer do prazo de execução e vigência 36 meses, com valor remanescente de R\$ 2.453 e 39 meses respectivamente.

Luiz Eduardo Marques Moreira
Diretor Administrativo - Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor Técnico



Caroline Amaral Becker
Contadora
CRC/SC 031685/O-3

Certificate Of Completion

Envelope Id: A5F98966-DB46-4017-AB56-1ECCCDCC559E
 Subject: Complete with Docusign: ENERGIADOSVENTOS724.DEZ para assinar.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 36
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed
 Envelope Originator:
 Gabriel Barreira
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 gabriel.barreira@pwc.com
 IP Address: 134.238.160.200

Record Tracking

Status: Original 27 June 2025 19:14	Holder: Gabriel Barreira gabriel.barreira@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 27 June 2025 19:43	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Bruno Monteiro
 Signer Role: Partner
 bruno.monteiro@pwc.com
 Sócio
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature

DocuSigned by:

 DD2B795AD37247C...
 Signature Adoption: Uploaded Signature Image
 Using IP Address: 3.230.242.201

Timestamp

Sent: 27 June 2025 | 19:15
 Viewed: 27 June 2025 | 19:16
 Signed: 27 June 2025 | 19:43

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SyngularID Multipla
 Signer Role: Partner

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
-------------------------	-----------	-----------

Editor Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------	--------	-----------

Agent Delivery Events	Status	Timestamp
-----------------------	--------	-----------

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------------	--------	-----------

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
---------------------------	--------	-----------

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Gabriel Barreira
 gabriel.barreira@pwc.com
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 27 June 2025 | 19:43
 Viewed: 27 June 2025 | 19:43
 Signed: 27 June 2025 | 19:43

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	27 June 2025 19:15
Certified Delivered	Security Checked	27 June 2025 19:16
Signing Complete	Security Checked	27 June 2025 19:43
Completed	Security Checked	27 June 2025 19:43

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------